

POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: CENÁRIOS REVELADOS A PARTIR DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Selma Barros Daltro de Castro¹

Rosilene Cruz de Jesus Santos²

Gildaite Moura de Queiroz³

RESUMO

Este artigo focaliza a discussão sobre políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), problematizando um recorte da produção científica que versa sobre o assunto. A questão de pesquisa foi: como têm sido abordadas as discussões sobre políticas públicas na EJA, no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) entre os anos de 2015 a 2018, a partir das dissertações disponíveis? Como objetivos delineou-se: analisar a EJA como política pública educacional, evidenciando cenários históricos, legislação e sujeitos; mapear as produções disponíveis no MPEJA, entre os anos de 2015 a 2018, identificando fundamentação teórica, propostas metodológicas, as abordagens nos trabalhos investigados e demais aspectos. O percurso metodológico pautou-se na pesquisa qualitativa, inspirado no Estado de Conhecimento (EC), fundamentando-se em: Arroyo (2017), Paulo Freire (1989). Após a análise, obteve-se como resultado a identificação de 6 (seis) trabalhos que versam sobre políticas públicas para EJA. Constatou-se a identificação de alguns avanços nas políticas públicas para a EJA, com a oferta de ações e/ou programas voltados para a modalidade. No entanto, identificou-se certa fragilidade nessas políticas/programas, pois foram todos temporários e não asseguram a permanência desses sujeitos na escola.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Educação de Jovens e Adultos. Estado do Conhecimento. MPEJA

PUBLIC POLICIES IN YOUTH AND ADULT EDUCATION: SCENARIOS REVEALED FROM THE STATE OF KNOWLEDGE

ABSTRACT

This article focuses on discussing public policies in Youth and Adult Education (EJA), problematizing an excerpt from the scientific production that deals with the subject. The research question was: how have discussions on public policies in EJA been addressed in the Professional Master's Program in Youth and Adult Education (MPEJA) between 2015 and 2018, based on the available dissertations? The following objectives were outlined: to

¹ Pós-doutorado em Educação. Prof^a Adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Campus XI, Serrinha-BA. E-mail: scastro@uneb.br

² Graduada em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), , Campus XI, Serrinha-BA. E-mail: osisantos212019@gmail.com

³ Mestre em Educação. Prof^a Assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), , Campus XI- Serrinha-BA. E-mail: gqueiroz@uneb.br

analyze the EJA as an educational public policy, highlighting historical scenarios, legislation, and subjects; to map the productions available at the MPEJA between 2015 and 2018, identifying theoretical foundations, methodological proposals, approaches in the works investigated and other aspects. The methodological path was based on qualitative research inspired by the State of Knowledge (SoK), based on Arroyo (2017) and Paulo Freire (1989). After the analysis, the result was the identification of six (6) works that deal with public policies for EJA. It verified the identification of some advances in public policies for EJA, with the offer of shares and/or programs aimed at the modality. However, a certain fragility was identified in these policies/programs, as they were all temporary and did not ensure the permanence of these subjects in school.

Keywords: Public policies. Youth and Adult Education. State of Knowledge. MPEJA

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como foco a discussão sobre políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA) e se apresenta como resultado do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), desenvolvido na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), *Campus XI- Serrinha*, no curso de Pedagogia. A EJA está amparada pela Constituição Federal do Brasil de 1988, que garante o direito à educação a todos, independentemente da idade. Além disso, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de n.º 9.394 de 1996 afirma a responsabilidade do poder público em tornar viável o acesso de trabalhadores à escola, estimulando e criando ações integrantes e complementares. Nesse sentido, é necessário que na modalidade da Educação de Jovens e Adultos sejam construídas políticas públicas que possibilitem o ingresso e permanência qualificada desses discentes na escola.

O interesse pela temática surgiu a partir de dois contextos acadêmicos: 1) ao cursar o componente curricular, Educação de Jovens e Adultos (EJA) no curso de férias em 2022,1 (dois mil e vinte dois, ponto um), no curso de Licenciatura em Pedagogia da UNEB, quando conheci as discussões teóricas, o contexto histórico e os seus sujeitos sobre o campo da EJA; 2) após cursar o componente curricular Pesquisa e Estágio III: Séries Iniciais Ensino Fundamental, no semestre 2023.2 (dois mil e vinte e três ponto dois), oportunidade em que fiz o estágio supervisionado em turma da EJA, no turno noturno, classe multisseriada⁴, em um

⁴ Forma de organização de ensino na qual o professor dá aula em uma mesma sala de aula, para alunos de diferentes séries ou anos, nesse caso composta por educandos dos anos iniciais do ensino fundamental.

município do Território do Sisal⁵ da Bahia, onde vivenciei um mês de regência em sala de aula e pude perceber algumas dificuldades de professores, alunos e no que se refere a quantidade de alunos na turma de Educação de Jovens e Adultos.

Considerando a necessidade de discutir aspectos sobre a política pública para educação de Jovens e Adultos, além do fato de que tal temática é objeto de estudo do Grupo de Pesquisa Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Social, foi definido como problematização para a investigação a seguinte questão de pesquisa: como tem sido abordado as discussões sobre políticas públicas na EJA, no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) entre os anos de 2015 a 2018, a partir das dissertações disponíveis? Para tanto, buscou-se como objetivos analisar a EJA como política pública educacional, evidenciando cenários históricos, legislação e sujeitos, mapear as produções disponíveis no MPEJA, entre os anos de 2015 a 2018, identificando fundamentação teórica, propostas metodológicas, as abordagens nos trabalhos investigados e demais aspectos.

O artigo foi organizado em cinco seções, a saber: a) introdução, primeira parte do texto, espaço em que se apresenta os elementos norteadores da pesquisa, como contextualização, questão de pesquisa e objetivos; b) A Educação de Jovens e Adultos: Políticas públicas e contextos, em que se fundamenta nos autores Arroyo (2017), e Paulo Freire (1989), abordando aspectos sobre a contextualização da EJA e seus fundamentos legais c) percurso metodológico, com delineamento do tipo de pesquisa, seus procedimentos, tomando como referência Morosini e Fernandes (2014), Romanowski e ENS (2006); d) discussão dos dados, com apresentação das informações coletadas e as suas análises; e) considerações finais, com a sistematização dos resultados da pesquisa e apresentação de novos possíveis estudos.

A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: POLÍTICAS PÚBLICAS E CONTEXTOS

A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de educação que visa reparar o tempo em que educandos ficaram afastados da sala de aula, uma vez que, por motivos

⁵ Segundo Santos; Neto; Silva (2015), os Municípios da Bahia, entre eles os Territórios Rurais, eram denominados de Região Sisaleira, porém, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, passou-se a ser denominado de Território do Sisal.

diversos, tiveram os seus direitos negligenciados. De acordo com Di Pierro (2017) o público de que compõe a EJA é constituído por sujeitos que foram estavam foram do processo formal de escolarização por fazer parte de grupos socialmente e historicamente marginalizados por questões etárias, de classe, evidenciando uma predominância de pessoas adultas e/ou idosas, de baixa renda. Reitera-se que muitas dessas pessoas tiveram o direito ao acesso à educação escolarizada por conta de questões como falta de escola ou escolas localizadas geograficamente distantes, necessidade de assunção de trabalho e ainda possível oferta sem qualidade educacional.

Ainda hoje, os sujeitos que compõem a EJA precisam ser olhados com mais atenção em função das suas especificidades, vinculadas às condições de segregação social, idade, gênero, raça, situação geográfica.

O acesso à EJA, na etapa do Ensino Fundamental, deve acontecer a partir de 15 (quinze) anos, e na etapa do Ensino Médio para pessoas a partir de 18 (dezoito) anos, tendo concluído o Ensino Fundamental.

Conforme o Ministério da Educação (MEC) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), uma pesquisa a partir do Censo Escolar da Educação Básica de 2019 e 2023, revelou a diminuição de 20,9% de matrículas na EJA, chamando atenção ainda no que se refere a descontinuação de políticas públicas, voltadas para a EJA, tanto na rede municipal quanto ao nível estadual, impactando em fechamentos de turmas.

Os marcos legais que regulamentam a EJA são atualmente a Constituição Federal de 1988, que assegura a educação como um direito de todos, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 9394/96 que tratou das subjetividades da educação, apresentando a EJA e as competências para os Estados e Municípios num regime de colaboração e sobre assistência da União: “I- recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei n.º 12.796, de 2013). II- Fazer-lhes a chamada pública (Brasil, 1996).” Além disso, vale ressaltar que na LDB 9394/96 (artigo 32), refere-se ao objetivo do Ensino Fundamental da EJA, objetivando a formação do cidadão mediante:

I. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. O ensino médio, conforme a LDB, tem como finalidades:

I. a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II. a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III. o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico; e prática. (Brasil, 1996).

Desse modo, o Estado deve dar subsídio mediante políticas públicas para a escola manter esses educandos matriculados e com frequência nas aulas, dar-lhes, o suporte necessário, pois, a escola é responsável em garantir um ensino significativo e de qualidade, com foco na reparação e emancipação de jovens e adultos. Outro aspecto importante a ser mencionado é a Resolução nº 1, de 5 de julho de 2000, do Conselho Nacional de Educação (CNE), visto que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA, diz que essa modalidade de ensino necessita considerar:

[...] as situações, os perfis dos estudantes, as faixas etárias e se pautará pelos princípios de equidade, diferença e proporcionalidade na apropriação e contextualização das diretrizes curriculares nacionais e na proposição de um modelo pedagógico próprio, de modo a assegurar:

I. quanto à equidade, a distribuição específica dos componentes curriculares a fim de propiciar um patamar igualitário de formação e restabelecer a igualdade de direitos e de oportunidades face ao direito à educação;

II. quanto à diferença, a identificação e o reconhecimento da alteridade própria e inseparável dos jovens e dos adultos em seu processo formativo, da valorização do mérito de cada qual e do desenvolvimento de seus conhecimentos e valores;

III. quanto à proporcionalidade, a disposição e alocação adequadas dos componentes curriculares face às necessidades próprias da Educação de Jovens e Adultos com espaços e tempos nos quais as práticas pedagógicas assegurem aos seus estudantes identidade formativa comum aos demais participantes da escolarização básica. (art. 5º).

Seguindo a mesma lógica, ao relacionar esta resolução com Paulo Freire, que foi um o precursor da EJA no Brasil, compreende-se que: “[...] a leitura do mundo precede a leitura da palavra” (Freire, 1989, p.9) e explicita-se que tudo o que faz sentido ou que tenha relevância para a vivência dos estudantes, inclusive as palavras do mundo, são contributos para a EJA, revelando que para um bom desempenho escolar e motivação do educando, os objetos de conhecimento devem partir da vivência de vida dos estudantes, pois, cada um traz consigo

uma bagagem de conhecimento, que deve ser considerada e socializada nas aulas, para que, a partir daí, se tenha uma educação significativa para os sujeitos inseridos na EJA. Em outras palavras, Arroyo (2017) nos faz refletir sobre a modalidade EJA nos dizendo que:

Se a EJA condensa processos tensos de construção e desconstrução de identidades coletivas, como ignorá-los nos currículos de formação e de educação destes coletivos identitários? Que artes pedagógicas seus educadores, que formação, que docência, que material didático ajudará os educandos e os educadores a entenderem-se herdeiros de tantas resistências históricas formadoras de culturas, valores e identidades coletivas e a recuperar a humanidade roubada dos educandos? (Arroyo, 2017, p.256).

Diante dessas considerações, vale ressaltar que os educandos da EJA que geralmente viveram ou estão vivendo situações difíceis, são pessoas que estão exaustas da vida dura e árdua, pessoas que trabalham durante o dia e buscam estudar no turno noturno com intuito de se aperfeiçoar, buscar melhoria de vida, através dos estudos, assim, “consequentemente, a EJA tem de se caracterizar como uma política afirmativa de direitos coletivos sociais historicamente negados” (Arroyo, 2011, p. 29). Nesse sentido, destaca-se a importância do trabalho pedagógico a ser desenvolvido tendo como base questões que tragam a valorização desses educandos, com metodologias que partam das suas identidades e da diversidade cultural. Acerca disso, Arroyo (2006, p. 28) aponta que:

A EJA em sua longa jornada prioriza a inclusão social, política e cultural. Hoje a EJA pode-se pautar na educação como direito, em consideração ao grande esforço que os jovens e adultos fazem para voltar à escola, para garantir seu direito à educação, ao trabalho, à cidadania e à inclusão social (Arroyo, 2006, p. 28).

A afirmativa acima deixa evidente que política educacional para a EJA é fundamental para a garantia de um processo de ensino-aprendizagem significativo e de qualidade, garantindo cidadania e inclusão das pessoas que compõem a EJA.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

Os caminhos metodológicos que direcionam esse artigo vinculam-se à pesquisa qualitativa, sendo o método mais condizente com os objetivos do artigo, pois, “[...] É importante enfatizar que a pesquisa qualitativa deriva de uma investigação, de uma situação-problema social e histórica, de uma coleta e análise de dados reais e concretos não estabelecidos em uma pesquisa rígida” (Rodrigues; Oliveira; Santos, 2021, p.162), tendo em

vista que o trabalho versa investigar aspectos bibliográficos, descritos, conforme apresentados.

Além da abordagem qualitativa, o Estado de Conhecimento (EC) também se apresenta como uma inspiração para a opção metodológica. O EC é entendido por ser uma metodologia de pesquisa que permite ao pesquisador acessar e analisar os conhecimentos já produzidos sobre um determinado tema, pois, possibilita “Identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço-tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre a temática específica” (Morosini e Fernandes, 2014, p.155).

Nesse contexto, o EC como também pode ser mencionada essa metodologia, se caracteriza como uma pesquisa bibliográfica, uma vez que “fornece um mapeamento das ideias já existentes, dando-nos segurança sobre fontes de estudo, apontando subtemas possíveis de maior exploração” (Morosini e Fernandes, 2014, p.158).

Ao mesmo tempo, leva o pesquisador a dialogar com o objeto de estudo, possibilitando fazer a análise, por meio da delimitação dos objetivos e da sua problematização, uma vez que, o EC é o “estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado” (Romanowisk e ENS, 2006, p.41). Importa registrar que o EC apresenta aspectos de semelhanças e diferenças com a pesquisa documental. Pode-se lançar mão da compreensão de Cordeiro e Castro (2021), eu afirma que a pesquisa documental pode possibilitar a organização de dados e informações que podem estar dispersas, de certa foram o EC também permite a organização de informações, por meio da definição de filtros e critérios previamente definidos.

Sob o foco de identificar como têm sido abordadas as discussões sobre políticas públicas na EJA, fez-se necessária a inspiração no EC, visto que, através dessa metodologia EC, foi possível desvendar e sistematizar a temática, buscando apoio no banco de dados do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), da Universidade do Estado da Bahia, para localização das dissertações publicadas. O desenvolvimento metodológico aconteceu em cinco etapas para a estruturação do estudo.

Primeira etapa: Busca no banco de dados do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA).

Figura 1 - Página inicial do site MPEJA da UNEB



Fonte: <https://www.mpeja.uneb.br/teses-dissertacoes/>

O acesso foi feito em março de 2024 no intuito de identificar dissertações relacionadas ao objeto de estudo com a busca do descritor “políticas públicas na EJA”.

Segunda etapa: Identificação da quantidade de publicações existentes no MPEJA, localizando um total de 130 (cento e trinta) dissertações, após mapeamento e seleção das dissertações publicadas no banco de dados e utilizando o critério de selecionar apenas as que os títulos tivessem a expressão “políticas públicas na EJA”, no período de 2015 a 2018, chegando-se a um total de 6 (seis) dissertações.

Terceira etapa: Leitura do resumo das 6 (seis) dissertações encontradas, podendo analisar assim a relação das dissertações e a temática políticas públicas na EJA.

Quarta etapa: Descrição e análise dos trabalhos encontrados. Apresentação das 6 (seis) dissertações encontradas por meio de um quadro demonstrativo para melhor visualização e mapeamento dos aspectos de cada uma delas, a saber: metodologias, objetivos, referenciais teóricos e resultados.

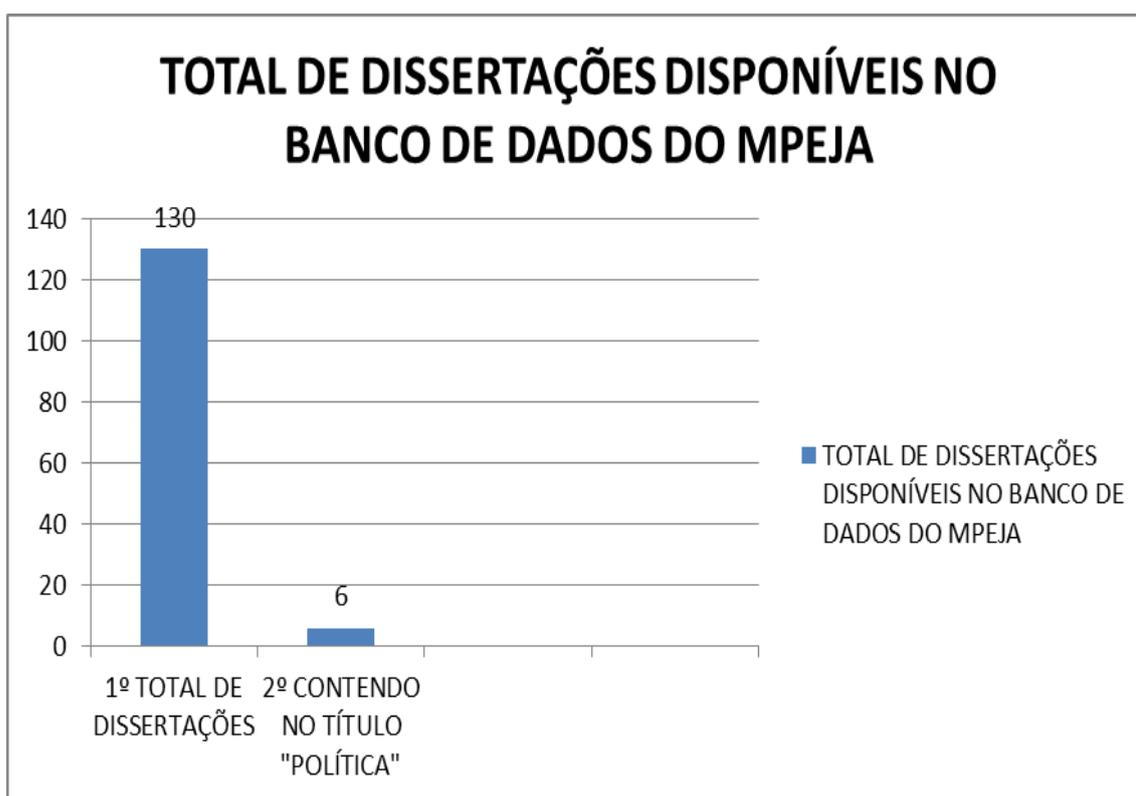
Quinta etapa: Leitura dos títulos e resumos das 6 (seis) dissertações encontradas. Posteriormente, foram feitos mais alguns recortes com critérios bem definidos: dissertações que estavam diretamente ligadas ao campo do Ensino Fundamental, de responsabilidade dos Municípios, e trabalhos que discutiam políticas públicas da EJA, com vinculação direta ao contexto da escola. Com esse processo de seleção dos trabalhos, ficaram para a análise 4 (quatro) dissertações. A partir disso, foi feita a análise dos trabalhos e a relação entre eles,

bem como as implicações e resultados encontrados pelos autores sobre a temática políticas públicas na EJA.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Ao iniciar as investigações sobre políticas públicas na Educação de Jovens e Adultos (EJA), acessando o site do Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA), foram encontradas 130 (cento e trinta) dissertações disponíveis para leitura, porém dessas, apenas 6 (seis) abordavam a temática de políticas públicas na EJA, como demonstra o gráfico 2 (dois):

Gráfico 2 - TOTAL DE DISSERTAÇÕES DISPONÍVEIS NO BANCO DE DADOS DO MPEJA



Fonte: (Elaborado pela autora, 2024).

Dessa forma, buscou-se analisar inicialmente os 6 (seis) trabalhos encontrados, a modo de relacionar com a temática deste estudo fazendo assim, um quadro demonstrativo das dissertações:

Quadro 1- DISSERTAÇÕES DISPONÍVEIS CONTENDO NO TÍTULO POLÍTICAS PÚBLICAS NO BANCO DE DADOS DO MPEJ

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR(A)
1	Gestão educacional compartilhada das políticas públicas de Educação De Jovens E Adultos: um estudo de caso da rede municipal de Bom Jesus Da Lapa-Ba	2015	Ediênio Vieira Farias
2	A política curricular da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador: um estudo Compreensivo e Propositivo da “Proposta Tempos de Aprendizagem” na Perspectiva dos Atores Curriculantes Docentes	2016	Andréia de Santana Santos
3	O PRONERA e as Lutas Sociais de políticas de EJA: um estudo do projeto Pé na Estrada no Assentamento Agroextrativista São Francisco – Serra Do Ramalho – Bahia	2016	Rodrigo Guedes de Araújo
4	Políticas públicas de EJA no município de Souto Soares-Bahia: uma luta colaborativa pela continuidade dos Estudos de Jovens e Adultos no âmbito da educação básica	2017	Sônia Vieira de Souza Bispo
5	“Não feche a EJA da minha Escola” – Políticas de permanência e ações de resistência ao fechamento de turmas/ escolas da rede municipal de Salvador e suas implicações: o que dizem e o que fazem os educandos e educadores	2018	Andreia Rodrigues Souza de Azevedo
6	A Presença no mundo de trabalho de mulheres beneficiárias das políticas de qualificação Profissional (Pronatec): descrevendo relatos e experiências de educandas da EJA em Lauro De Freitas – BA	2018	Jársia de Melo Santos

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Observa-se no quadro acima que, dos 6 (seis) trabalhos disponíveis no MPEJA que discutem políticas públicas na EJA, 2 (dois) foram publicados no ano de 2018, 1 (um) em 2017, 2 (dois) em 2016 e 1 (um) em 2015. Acerca do objeto específico de pesquisa, pode-se identificar que:

- 1 (um) trabalho está ligado a políticas públicas na EJA, relacionando com a área da gestão.
- 2 (dois) versam sobre políticas públicas na EJA, trazendo os projetos Pronatec⁶ e Pronera⁷, como base para pesquisa.
- 3 (três) versam mais diretamente sobre o campo do currículo no que diz respeito às políticas públicas na EJA.

As informações levantadas a partir da leitura dos resumos foram assim sistematizadas.

Quadro 2 - DESCRIÇÃO DAS DISSERTAÇÕES COM O TÍTULO POLÍTICAS PÚBLICAS

TÍTULO	AUTOR(A)	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	OBJETIVO GERAL
Gestão educacional compartilhada das políticas públicas de educação de jovens e adultos: um estudo de caso da rede municipal de Bom Jesus da Lapa-Ba	Ediênio Vieira Farias	Habermas (2011a, 2012b); Plano Municipal de Educação (PME 2015-2025); Proposta Curricular para EJA de Bom Jesus da Lapa (2009);	Compreender o processo de gestão educacional compartilhada das políticas de Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede municipal de ensino de Bom Jesus da Lapa – BA.
A política curricular da EJA na rede municipal de ensino de Salvador: um estudo compreensivo e propositivo da “proposta tempos de aprendizagem” na perspectiva dos atores curriculantes docentes	Andréia de Santana Santos	Freire (1970, 1982, 1997, 2001); Silva (2014); Macedo (2005, 2007, 2013); Arroyo (2013), Sacristán (2000);	Evidenciar e compreender os sentidos que os atores curriculantes docentes conferem a “Proposta Curricular Tempos de Aprendizagem” da Educação de Jovens e Adultos da Rede Municipal de Ensino de Salvador/BA.
O PRONERA e as lutas sociais de políticas de EJA:	Rodrigo Guedes de Araújo	Gohn (2011), Sader (2006), Freire (1979); Teodoro &	Compreender como o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

⁶ Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

⁷ Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera).

um estudo do projeto Pé na Estrada no assentamento agroextrativista São Francisco – Serra do Ramalho – Bahia		Jezine (2011); Políticas Públicas Souza (2003);	(PRONERA) e as políticas públicas de educação têm contribuído para a garantia do direito e o acesso à educação dos jovens e adultos do campo, bem como analisar as contribuições deste programa na superação do analfabetismo no Bahia.
Políticas públicas de EJA no município de Souto Soares-Bahia: uma luta colaborativa pela continuidade dos estudos de jovens e adultos no âmbito da educação básica	Sônia Vieira de Souza Bispo	Ludke e André (1986); Minayo,(2010); Triviños (1987); Barbier (2004); Freire (2003);	Analisar com os partícipes colaboradores, ações para a efetivação das Políticas Públicas de EJA, propondo a implantação da modalidade educativa à gestão pública municipal.
“Não feche a EJA da minha escola” – Políticas de permanência e ações de resistência ao fechamento de turmas/ escolas da rede municipal de Salvador e suas implicações: o que dizem e o que fazem os educandos e educadores	Andreia Rodrigues Souza de Azevedo	Amorim (2007, 2012); Arroyo (2005, 2014, 2017); Bardin (2016); Brandão (1999,2006); Di Pierro (2010, 2016);	Analisar as implicações do fechamento de escolas da EJA e as ações de resistência desenvolvidas pelos sujeitos educandos e educadores diante do atual contexto.
A presença no mundo de trabalho de mulheres beneficiárias das Políticas De Qualificação Profissional (Pronatec): descrevendo relatos e experiências de educandas da EJA em Lauro de Freitas – BA	Jársia de Melo Santos	Haddad (2007); Di Pierro (2001) Ludke & André (1986); Godoy (1995); Minayo (2001);	Diagnosticar a inserção no mundo do trabalho das mulheres egressas do curso técnico em questão.

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Após análise, mediante leitura do título e resumo das dissertações localizada no quadro 2 (dois) deste trabalho, foi possível identificar que a dissertação de 2018 intitulada A presença no mundo de trabalho de mulheres beneficiárias das políticas de qualificação Profissional (Pronatec): descrevendo relatos e experiências de educandas da EJA em Lauro de Freitas–BA, a autora chamou a atenção para investigar sobre mulheres que buscam a qualificação profissional através do programa Pronatec. E a dissertação publicada em 2016, com o título O PRONERA e as lutas sociais de políticas de EJA: um estudo do projeto Pé na Estrada no assentamento agroextrativista São Francisco – Serra do Ramalho – Bahia, buscou relacionar o programa PRONERA com os desafios e lutas encontrados por pessoas que fazem parte da EJA, fazendo assim, um estudo sobre o programa Pé na Estrada ofertado no assentamento agroextrativista São Francisco do município Serra do Ramalho, na Bahia.

Considerando que as dissertações descritas acima não atendiam aos critérios definidos, inicialmente, para a seleção dos trabalhos que versassem sobre: políticas públicas de EJA, EJA na escola e no Ensino Fundamental, tais trabalhos não foram selecionados para a análise mais apurada. Assim, chegou-se ao número de 4 (quatro) dissertações, descritas no quadro 3 (três) selecionadas para uma imersão de análise mais significativa.

Quadro 3- DISSERTAÇÕES QUE FORAM SELECIONADAS PARA ANÁLISE

Nº	TÍTULO	ANO	AUTOR(A)
1	Gestão educacional compartilhada das políticas públicas de Educação De Jovens E Adultos: um estudo de caso da rede municipal de Bom Jesus Da Lapa-Ba	2015	Ediênio Vieira Farias
2	A política curricular da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador: um estudo Compreensivo e Propositivo da “Proposta Tempos de Aprendizagem” na Perspectiva dos Atores Curriculantes Docentes	2016	Andréia de Santana Santos
3	Políticas públicas de EJA no município de Souto Soares-Bahia: uma luta colaborativa pela continuidade dos Estudos de Jovens e Adultos no âmbito da educação básica	2017	Sônia Vieira de Souza Bispo
4	“Não feche a EJA da minha Escola” – Políticas de permanência e ações de resistência ao fechamento de turmas/ escolas da rede municipal de Salvador e suas implicações: o que dizem e o que fazem os educandos e educadores	2018	Andreia Rodrigues Souza de Azevedo

Fonte: Elaborado pela autora (2024)

Nas quatro dissertações publicadas de 2015 a 2018, os autores discorreram sobre políticas públicas na EJA, trazendo essa perspectiva sempre para o contexto da EJA na educação pública municipal de uma determinada região, fazendo análises sobre o que são políticas públicas na EJA, a partir de movimentos sociais, leis e programas educacionais. Farias (2015), apontou com base em alguns autores o que são “políticas públicas” e “política educacional”:

Partindo desse pressuposto, a política pública pode ser compreendida pelos estudos de Teixeira (2002) quando o autor defende que “[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado [...]” (TEIXEIRA, 2002, p. 02). Complementar a esse significado, Secchi (2012, p. 02) diz que a “[...] política pública é uma diretriz elaborada para enfrentar um problema público.” [...] (Farias, 2015, p. 38).

Nesse sentido, observou-se que as políticas públicas são feitas conforme a realidade de fatores que uma determinada população enfrenta em seu dia a dia, criada para o desaparecimento dos problemas existentes, ou amenizar a situação. Trazendo melhorias e favorecendo as pessoas em questão. Além disso, Farias (2015), traz que as políticas educacionais, também são fruto de lutas sociais:

A base educacional autoconstruída pelos movimentos sociais, faz acreditar que a educação de jovens e adultos, nascida no campo da educação popular, deve ser vista não como uma ação reparadora ou assistencialista, mas deve ser entendida como um direito humano conquistado pela sociedade (HADDAD, 2007). [...] Esse movimento na história dá condições para entender o processo de democratização das políticas educacionais, em especial da EJA, e sua relação intencional entre Estado e sociedade civil [...] (Farias, 2015, p. 24).

Com base nas dissertações analisadas, vários autores discutem sobre políticas públicas, dando definições e discorrendo sobre elas no campo da educação, nesse sentido, Bispo (2017), explica:

Levando em consideração outras definições de políticas públicas, por diversos autores, Melo (2000), Teixeira (2002), Rua (1998), Meny e Thoenig (1992), Rocha (2014), é uma ação instituída e realizada pelo Estado em consonância com a Constituição Federal Brasileira de 1988, no que diz respeito aos direitos humanos fundamentais, obedecendo a um conjunto de leis, planos e normas. Do mesmo modo, para Souza (2014, p. 208): “As políticas públicas são uma resposta do Estado para atender às demandas e problemas que afetam as pessoas e também, o resultado da força de pressões realizadas por diversos agentes na busca por resolver seus conflitos e atender aos seus interesses” (Bispo, 2017, p. 39).

Nessa perspectiva, as dissertações trazem questões como: o fechamento de turmas e escolas da EJA, o que interfere de forma direta para o abandono/afastamento de alunos na

EJA, também uma análise sobre as políticas educacionais para a EJA, percebendo que os programas educacionais de incentivo e permanência para alunos na EJA, não são permanentes, ocasionando o abandono escolar de alguns alunos.

Azevedo (2018), faz essa análise de forma bem detalhada ao listar programas que não foram permanentes e discorrer sobre como as políticas governamentais afetam essa modalidade. Segue abaixo o quadro demonstrativo sobre os programas na EJA, existentes até o atual momento da sua escrita:

Quadro 2 – Política/Programa de EJA

POLÍTICA/PROGRAMA	PERÍODO	GOVERNO
MOBRAL – Movimento Brasileiro de Alfabetização	1967- 1985	Federal
FUNDAÇÃO EDUCAR	1985-1990	Federal
MOVA – Movimento de Alfabetização	1989- 1991	Federal / alguns Estados
AJA – Alfabetização de Jovens e Adultos	1996-2002	Estadual/ Bahia
PAS – Programa de Alfabetização Solidária	1997-	Federal/ Estados do Norte e Nordeste
BRASIL ALFABETIZADO – TOPA – Todos pela Alfabetização	2007 -	Estadual – Bahia
BRASIL ALFABETIZADO CIDADE DAS LETRAS	2007 -	Municipal - Salvador

Fonte: Elaborada pela pesquisadora, maio 2017.

Fonte: (Azevedo, 2018).

Com base no quadro de Azevedo (2018), foi necessário a criação de mais um quadro demonstrativo para melhor definição de cada programa e as suas especificidades, analisando os programas que de EJA até o atual momento da escrita de Azevedo (2018).

Quadro 4- POLÍTICA/PROGRAMA PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
MOBRAL- Movimento Brasileiro de Alfabetização	Criado no ano de 1967, para alfabetização funcional de pessoas entre 15 a 30 anos de idade, no intuito dessas pessoas aprenderem o básico de escritas, leituras e cálculos.
A Fundação Educar	Foi criada a partir do Decreto n. 92.374, de 06/02/86, em substituição do MOBRAL, extinto na mesma oportunidade.
Movimentos de Alfabetização de Jovens e Adultos-MOVAs	Nos anos 1989 a 1991. Tendo como principal inspiração, Paulo Freire, com foco na educação básica de jovens e adultos, nacionalmente.

O Programa Alfabetização de Jovens e Adultos (AJA)	Teve o objetivo de alfabetizar 200 mil jovens e adultos do Piauí nos anos de 2021 e 2022. Na União, foram 3.198 alunos em sala de aula, o que representava cerca de 200 turmas.
Programa Alfabetização Solidária – PAS	Criado em 1997 com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo entre jovens e adultos, principalmente na faixa etária de 12 a 18 anos de idade.
Programa Todos pela Alfabetização -TOPA	Criado em 2007, no intuito de promover uma educação de qualidade para a população de jovens, adultos e idosos, assegurando seu ingresso e permanência na escola, garantindo-lhes as oportunidades necessárias à apropriação da leitura e da escrita e criando as condições objetivas para a inclusão social, política, econômica e cultural desses sujeitos. Com foco em assegurar, à população de 15 anos de idade ou mais, as condições objetivas necessárias para a continuidade dos estudos.
O Programa Brasil Alfabetizado – PBA	Teve sua criação em 2003, desenvolvido em todo o território nacional, tem como objetivo alfabetizar jovens e adultos de 15 anos de idade ou mais que não puderam estudar na idade apropriada.

Fonte: Elaborado pela autora (2024).

Como observa-se, os programas desenvolvidos foram todos temporários e, dos listados, 4 (quatro) deles já tinham ~~uma~~ data para o término. Azevedo, baseando-se em alguns autores, refletiu sobre essa questão:

Rummert e Ventura (2007) enfatizam que o formato desses programas reflete a ausência de compromisso com a consolidação da EJA nos sistemas públicos de ensino, destacando a ausência de políticas públicas que assegurem a articulação efetiva entre a fase de mobilização, caracterizada pela alfabetização e a de continuidade, interpretada pelo acesso dos jovens e adultos aos ensinos fundamental e médio. Além disso, Santos e Viana (2011) anunciam que as políticas se constituíram enquanto políticas de governo, não tendo nenhuma legislação que as tratou como política de Estado, por isso elas não têm permanecido como direito garantido no país (Azevedo, 2018, p.88-89).

Dessa maneira, Azevedo faz essa análise de forma bem detalhada listando programas que não foram permanentes e sobre como as políticas governamentais afetam essa modalidade. Além disso, Bispo (2017) também discorreu sobre a temática:

As políticas públicas devem ser compreendidas numa visão que aponte as demandas da sociedade, visando responder a essas demandas e tendo uma maior participação e conscientização da sociedade. Desse modo, Rocha (2014, p. 188) diz: “Nem sempre “políticas governamentais” ou de “estado” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público”. Por isso, quando pensamos colaborativamente essa pesquisa, identificando o problema, a ausência de turmas de EJA para a continuação dos estudos de egressos de programas de alfabetização, há a pretensão de mobilizar a comunidade para a elaboração e implementação de políticas públicas de EJA no município (Bispo,2017, p.30).

Neste sentido, Bispo (2017) refletiu sobre a importância de políticas públicas e as ações feitas para o não fechamento de escolas, entre elas estão as lutas sociais como o Fórum de Educação de EJA, além de entender como as políticas/programas afetam essa modalidade educacional e estão relacionadas às políticas curriculares para a EJA. No entanto:

Contemporaneamente, percebemos avanços legais na construção de uma política pública de EJA no contexto brasileiro, isto se dá pelos esforços da sociedade civil organizada, com destaque para os movimentos sociais e representação dos Fóruns de EJA espalhados pelo país, e tem significado um movimento forte em prol da educação, frente ao fomento e qualificação das políticas educacionais para a EJA. Neste sentido, pensar em políticas públicas de escolarização destinadas à EJA é imprescindível pensar também o lugar do currículo, entendendo o mesmo como um “território” em disputa, como afirma Arroyo (2013), e um campo político, como afirma Macedo (2013). (Santos, 2016, p.40).

Dessa forma, apesar de haver ainda hoje muitos aspectos a melhorar, nessa modalidade de educação, já podemos perceber esforços dos movimentos sociais, políticas educacionais. Ainda hoje as políticas e os programas precisam ser mais firmes e enraizados, com respeito às pessoas que compõem a EJA, com um currículo que seja significativo para esses sujeitos e dando-lhes não só o acesso à escola, mas, também, formas de permanência e conclusão dos estudos para uma melhor aquisição profissional de vida.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Este trabalho teve como base a pesquisa qualitativa, inspirada no estado do conhecimento, buscou investigar, a questão: como tem sido abordado as discussões sobre políticas públicas na EJA, no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos (MPEJA) entre os anos de 2015 a 2018, a partir das dissertações disponíveis? Neste sentido, buscou-se como objetivos analisar EJA como política pública educacional, evidenciando cenários históricos, legislação e sujeitos., mapear as produções disponíveis no MPEJA, entre os anos de 2015 a 2018, identificando fundamentação teórica, propostas metodológicas, as abordagens nos trabalhos investigados e demais aspectos.

Dessa forma, as dissertações demonstram, alguns avanços nas políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos, contudo evidenciaram também as fragilidades dessas políticas/programas que compõem a modalidade de educação na EJA, pois, os programas mencionados foram todos temporários e não asseguraram a permanência desses sujeitos na escola.

De acordo com os trabalhos analisados, é perceptível a necessidade dessa modalidade deixar de ser vista apenas como uma simples forma de alfabetização de pessoas que não puderam efetivar os estudos em idade considerada regular, e passar a ser uma política de educação que cumpra o que está escrito na legislação, garantindo para os seus sujeitos maiores números de matrícula e permanência de qualidade na EJA.

Por fim evidencio que foi prazeroso e gratificante fazer essa pesquisa, pois mim ajudou a entender mais sobre as Políticas públicas na EJA, o contexto dos programas educacionais, os desafios enfrentados pelos professores e alunos da EJA. Neste sentido, importa continuar fazendo pesquisas que falem sobre a EJA a fim de que se possa aprimorar mais nessa modalidade educacional,

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, G. de A. **O PRONERA e as Lutas Sociais de políticas de EJA: um estudo do projeto Pé na Estrada no Assentamento Agroextrativista São Francisco – Serra Do Ramalho – Bahia.** 2016. 115 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos-Nível Mestrado Profissional (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.
- ARROYO, M. Educação de Jovens e Adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da Noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida mais justa.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.
- ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.
- ARROYO, M. G. Educação de jovens e adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, M. A.; GOMES, N. L. (Org.). **Diálogos na Educação de Jovens e Adultos.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.
- AZEVEDO, R. S. de A. “Não feche a EJA da minha Escola” – **Políticas de permanência e ações de resistência ao fechamento de turmas/ escolas da rede municipal de Salvador e suas implicações: o que dizem e o que fazem os educandos e educadores.** 2018. 232 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos-Nível Mestrado Profissional (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

BISPO, V. de S. B. **Políticas públicas de EJA no município de Souto Soares-Bahia: uma luta colaborativa pela continuidade dos Estudos de Jovens e Adultos no âmbito da educação básica.** 2017. 238 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos-Nível Mestrado Profissional (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2017.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB N° 1, de 5 de julho de 2000.** Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 23 mar. 2024.

CORDEIRO, S.S; CASTRO, S.B.D. de. A gestão escolar no Território do Sisal: o dito nos documentos legais de Serrinha e Santaluz. **Revista Educação & Ensino.** Fortaleza, v. 5, n. 2, jul./dez. 2021. 40-58 p. Disponível em <https://periodicos.uniateneu.edu.br/index.php/revista-educacao-e-ensino/article/view/96>. Acesso em maio de 2024.

DI PIERRO, M. C. Educação de Jovens e Adultos no Brasil: questões face às políticas públicas recentes. **Em Aberto**, Brasília, ano 11, n° 56, out./dez. . P. 22-30. Disponível em : <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2168/19072017>

FARIAS, E. V. **Gestão educacional compartilhada das políticas públicas de Educação De Jovens E Adultos: um estudo de caso da rede municipal de Bom Jesus Da Lapa-Ba.** 2015. 128 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos-Nível Mestrado Profissional (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2015.

FREIRE, P. **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: UNESP, 2001.

LEI DE DIRETRIZES E BASE DA EDUCAÇÃO LEI N° 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei n° 5692 de 11.08.71, capítulo IV, Mec, Brasília, 1974. Disponível em: <http://www.mec.gov.br> Acesso em: 08 abr. 2024.

MEDEIROS, E. A.; VARELA, S. B. L.; NUNES, J. B. C. Abordagem Qualitativa: estudo na pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Ceará (2004-2014). **HOLOS**, [S.l], v. 2, 174-189, ago. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.15628/holos.2017.4457> Acesso em: 23 mar. 2024.

MOROSINI, M. C. **Estado do Conhecimento e questões do campo científico.** Santa Maria. V. 40. N.1. p. 101-111. Jan/abr.2015.

MOROSINI, M.; KOHLS-SANTOS, P.; BITTENCOURT, Z. **Estado do Conhecimento: teoria e prática.** Curitiba: Editora CRV, 2021.

RODRIGUES, T. D. de F. F.; OLIVEIRA, G. S. de O.; SANTOS, J. A. dos. **As pesquisas qualitativa e quantitativa na educação.** Programa de Pós-Graduação em educação da Universidade Federal de Uberlândia. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 154-174, 2021.

ROMANOWSKI, J. P.;ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. **Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set/dez. 2006.

SANTOS, de S. S. **A política curricular da EJA na Rede Municipal de Ensino de Salvador:** um estudo Compreensivo e Propositivo da “Proposta Tempos de Aprendizagem” na Perspectiva dos Atores Curriculantes Docentes. 2016. 134 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos-Nível Mestrado Profissional (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2016.

SANTOS, J. de M. **A Presença no mundo de trabalho de mulheres beneficiárias das políticas de qualificação Profissional (Pronatec):** descrevendo relatos e experiências de educandas da EJA em Lauro De Freitas – BA. 2018. 80 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós Graduação Stricto Sensu em Educação de Jovens e Adultos-Nível Mestrado Profissional (MPEJA), Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2018.

VALE, Fundação. **Jovens e Adultos na sala de aula:** sujeitos e aprendizagens na EJA. Brasil, 2014. Disponível em: http://www.viveraprender.org.br/wpcontent/uploads/2015/06/Compila%C3%A7%C3%A3o-Vers%C3%A3oVale_SITE-1.pdf Acesso em: 20 de maio 2024.

Recebido em: 23/09/2024

Aceito em: 13/12/2024